

CAPÍTULO 3

AVALIAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM: LEGISLAÇÃO VIGENTE E POSSIBILIDADES NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Robinalva Ferreira

Gildo Volpato

<http://dx.doi.org/10.18616/ava03>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

A avaliação tem sido objeto de estudos e tema de debates, principalmente nas últimas décadas, após inúmeras críticas ao modelo de avaliação classificatório e excludente praticado no ensino tradicional e na perspectiva tecnicista de ensino, que imperou antes da abertura do processo democrático iniciado na década de 1980.

Muitas propostas em outra direção foram sinalizadas, mas nem sempre, no campo da prática, foi possível perceber os avanços.

A origem da palavra avaliar vem do latim *a + valiare*, que tem o significado de “dar valor”; e o conceito de avaliação significa atribuição de um valor ou qualidade a alguma coisa.

Segundo Libâneo (1994), a avaliação é um dos componentes do processo ensino-aprendizagem e visa, a partir da verificação e da qualificação dos resultados obtidos, analisar a correspondência destes com os objetivos propostos e, a partir do resultado obtido, orientar a tomada de decisões didáticas e pedagógicas seguintes. Luckesi (2000), segue esta corrente de pensamento ao relacionar a avaliação a um juízo de valor que expressa a qualidade sobre dados relevantes, com objetivo de tomar decisões. “Avaliar é fazer uma leitura qualitativa a partir dos dados “fornecidos” pelo cotidiano escolar.” (BARBOSA, 2011, p. 134).

Em termos mais abrangentes, podemos considerar que a avaliação é um processo de acompanhamento do ensino e da aprendizagem e tem como propósito: verificar se os objetivos estabelecidos no planejamento foram alcançados, identificar avanços e dificuldades no processo de aprendizado, evidenciar se a metodologia de ensino foi adequada, obter feedback do processo, possibilitar o replanejamento, realizar mudanças de rota no ensino e apresentar um resultado final. Entendemos que estas questões precisam estar descritas no Projeto Político Pedagógico (PPP) e ser de domínio da comunidade escolar, ou seja, da direção, equipe de apoio, professores, estudantes, pais e responsáveis.

Portanto, a avaliação é um processo permanente no exercício da docência em todas as áreas de conhecimento, inclusive na Educação Física.

Devido à importância da avaliação e à dificuldade que alguns professores têm ao realizá-la no cotidiano escolar, abordaremos neste texto especificamente sobre a avaliação na disciplina de Educação Física. O objetivo, a partir de uma revisão sistemática em documentos e legislações oficiais, é apresentar algumas premissas acerca das perspectivas de avaliação nelas contidas e apresentar algumas possibilidades de aplicá-las nos diferentes níveis de ensino.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, que, segundo Severino (2016, p. 131), “[...] é realizada a partir de registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc.”. Pelo fato de termos utilizado a legislação vigente referente à educação brasileira e catarinense, podemos dizer que prescindiu de uma análise documental. Os documentos analisados fazem parte da legislação educacional brasileira vigente, como a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), os PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), a PCSC – Proposta Curricular de Santa Catarina (SANTA CATARINA, 2014), a BNCC – Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2019), o Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense (SANTA CATARINA, 2019) e as Diretrizes Curriculares de Criciúma/SC (CRICIÚMA, 2020). A base teórica buscou sustentação em autores referência no que diz respeito à avaliação, bem como à avaliação na Educação Física.

Convidamos o leitor para refletir sobre o trato pedagógico acerca da cultura corporal e, fundamentalmente, a avaliação que acontece, ou que deveria acontecer, nesse campo, a partir dos documentos legais e dos referenciais deste estudo.

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA E A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO FÍSICA

A avaliação tem sido apontada nos documentos legais que abordam sobre a educação em nosso país de diversas formas. Apresentamos alguns as-

pectos importantes da avaliação referenciada na legislação educacional brasileira, iniciando pela lei maior, a LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394, de 1996.

Em seu Artigo 24, inciso V (BRASIL, 1996, n.p.), apresenta que a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

- a. avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
- b. possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- c. possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante a verificação do aprendizado;
- d. aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- e. obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos.

Esse mesmo artigo da LDB destaca que os aspectos qualitativos precisam prevalecer sobre os quantitativos, ou seja, o professor necessita ficar atento à aprendizagem e ao desenvolvimento do estudante no cotidiano escolar, nem sempre possíveis de serem quantificados em números quanto às notas objetivas de muitas provas escritas. Portanto, os aspectos qualitativos são mais subjetivos quando alinhados ao processo de aprender, das atitudes, dos esforços individuais e coletivos, da responsabilidade e dos quantitativos mais objetivos, quantificáveis, relacionados aos resultados, como notas parciais e finais da disciplina.

Também cabe destacar outro aspecto da LDB referente à recuperação, que deve ser realizada ao longo do período e não ao final do ano, objetivando oportunizar que os estudantes aprendam e sigam acompanhando a turma, o que exige planejamento e organização do professor. Poderíamos

recuperar um conteúdo sugerindo que o estudante elabore e apresente um trabalho, faça uma pesquisa, entrevista, relatório, entre outros, com auxílio de um estudante que compreendeu o conteúdo. Assim, valorizamos também o estudante que apresenta altas habilidades e desenvolvimento na disciplina. Os estudantes dos anos seguintes também podem auxiliar na aprendizagem dos mais novos.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, de forma geral, apontam que a avaliação da aprendizagem deve compreender o desempenho do aluno, o ensino oferecido, a atuação do professor, mas também deve levar em conta a estrutura da escola e as ferramentas e metodologias de ensino utilizadas.

Quanto aos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (BRASIL, 1997) específicos da Educação Física, eles apontam que múltiplos conhecimentos produzidos e usufruídos pela sociedade são fundamentais às atividades culturais de movimento, com finalidades de lazer, expressão de sentimentos, afetos e emoções e com possibilidades de promoção, recuperação e manutenção da saúde. Citam as manifestações como jogo, esporte, dança, ginástica e luta, seus benefícios fisiológicos e psicológicos e suas possibilidades de utilização como instrumentos de comunicação, expressão, lazer e cultura para formular, a partir daí, as propostas para a Educação Física escolar.

A avaliação na Educação Física, conforme prevista em seus PCN (BRASIL, 1997, p. 41), “[...] deve ser algo útil, tanto para o aluno como para o professor, para que ambos possam dimensionar os avanços e as dificuldades dentro do processo de ensino e aprendizagem e torná-lo cada vez mais produtivo”. Como critérios avaliativos para o primeiro ciclo, apresentam: verificar se o estudante enfrenta desafios corporais em diferentes contextos como circuitos, jogos e brincadeiras; se participa das atividades respeitando as regras e a organização e se é capaz de interagir com seus colegas sem estigmatizar ou discriminar por razões físicas, sociais, culturais ou de gênero.

Para o segundo ciclo, os critérios avaliativos previstos são: verificar a capacidade do estudante de enfrentar desafios colocados em situações de jogos e competições, respeitando as regras e adotando uma postura cooperativa; estabelecer algumas relações entre a prática de atividades corporais e a melhora da saúde individual e coletiva e de valorizar e apreciar diversas

manifestações da cultura corporal, identificando suas possibilidades de lazer e aprendizagem. Como podemos perceber, ao analisar essas orientações dos PCN da Educação Física, os aspectos qualitativos é que são valorizados e sugeridos como elementos avaliativos tanto no primeiro ciclo (1º ao 5º ano) quanto no segundo ciclo escolar (6º ao 9º ano).

Quanto à Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2019), na área de Linguagens e suas Tecnologias, a corporeidade e a motricidade são também compreendidas como atos de linguagem. Nas práticas da Educação Física, como ginástica de condicionamento físico ou de consciência corporal, modalidades de esporte e de luta, os jovens se movimentam com diferentes intencionalidades, construídas em suas experiências pessoais e sociais com a cultura corporal de movimento.

Nesse sentido, a área contribui para formar sujeitos capazes de usufruir, produzir e transformar a cultura corporal de movimento, tomando e sustentando decisões éticas, conscientes e reflexivas sobre o papel das práticas corporais em seu projeto de vida e na sociedade. A cultura corporal de movimento é entendida como o conjunto de práticas culturais em que os movimentos são os mediadores do conteúdo simbólico e significante de diferentes grupos sociais. Por isso sua abordagem na educação básica exige que as experiências corporais dos estudantes sejam integradas à reflexão sobre a cultura corporal de movimento. Essa abordagem já sinaliza que uma avaliação na perspectiva quantitativa seria quase impossível quando se trata de algo tão singular, tão subjetivo.

Na BNCC para o Ensino Fundamental, a Educação Física procura oportunizar aos estudantes a apreciação e produção de brincadeiras, jogos, danças, ginásticas, esportes, lutas e práticas corporais de aventura. As práticas foram trabalhadas visando à compreensão de suas origens, dos modos de aprendê-las e de ensiná-las, da veiculação de valores, de condutas, de emoções e dos modos de viver e perceber o mundo; da reflexão crítica sobre padrões de beleza, de exercício, de desempenho físico e de saúde; das relações entre as mídias, o consumo e as práticas corporais; e da presença de preconceitos, estereótipos e marcas identitárias. Mais uma vez percebemos o quanto os aspectos qualitativos dessa proposta são mais importantes e devem prevalecer quando se pensa em avaliação.

Destacamos, ainda, que a avaliação não fica evidente na BNCC, mas sinaliza para uma avaliação formativa que objetiva acompanhar o desenvolvimento de habilidades e competências estabelecidas.

Um documento orientador de fundamental importância para a educação catarinense é a Proposta Curricular de Santa Catarina – PCSC, a qual apresenta que o objetivo da Educação Física como componente curricular é promover a apropriação crítica das práticas constitutivas dessa dimensão da cultura da forma mais ampla possível e deve ser um dos espaços democráticos para a apropriação de conhecimento sobre a cultura corporal de movimento, a brincadeira, o esporte, a dança, o jogo, a ginástica e a luta, a partir de valores tais como a inclusão, a solidariedade, a igualdade, a alteridade e o reconhecimento e respeito às diferenças. As práticas da cultura corporal de movimento devem ser abordadas tanto na dimensão do saber fazer (técnico-instrumental) quanto do saber teórico sobre elas (SANTA CATARINA, 2017).

Nesse documento, a avaliação da aprendizagem aparece como fundamental no processo de acompanhamento dos sujeitos, de modo que forneça indicadores para o aprimoramento do processo educativo, portanto, constitui-se em prática investigativa, instrumento de decisão sobre as atividades orientadoras de ensino que vêm sendo adotadas, de forma contínua, sistemática, expressa em um movimento permanente de reflexão e ação pelo menos em três etapas: a de diagnóstico, a de intervenção e a de replanejamento (SANTA CATARINA, 1997).

O processo de avaliação considera os objetivos propostos e alcançados em um constante movimento de reelaboração de metas e estratégias, com vistas ao oferecimento de novas oportunidades de aprendizagem. Dessa forma, nesse processo para a sistematização, a elaboração e a apropriação de conhecimentos, fazem-se necessários os registros, relatos e outros instrumentos como subsídios para a avaliação (SANTA CATARINA, 1997).

Do ponto de vista das formas de desenvolvimento do registro, algumas alternativas podem ser adotadas, tais como: acompanhamento e observação de rodas de conversas, entrevistas, diálogos informais, produção audiovisual e fotográfica, desenhos, testes orais e escritos, mostra de

trabalhos, cadernos de anotações, experimentos e relatos, pesquisas, criação e apresentação de maquetes, painéis, cartazes, dramatizações e expressões corporais, dentre várias outras possibilidades (SANTA CATARINA, 1997). Analisando a proposta da PCSC no tocante à Educação Física, fica evidente que a avaliação deve valorizar os aspectos qualitativos do processo de ensino-aprendizagem.

Outro documento recente e importante é o Currículo Base da Educação Infantil e da Educação Básica do Território Catarinense (SANTA CATARINA, 2019), que trata da Educação Física, apresentando as Unidades Temáticas da BNCC: Brincadeiras e Jogos, Esportes, Ginásticas, Danças, Lutas e Práticas Corporais de Aventura.

O documento apresenta, na página 271, a avaliação no contexto da Educação Física escolar e indica que esta faz parte do processo formativo e educacional, como um processo privilegiado de estudo para o aluno e de análise da qualidade do ensino e da aprendizagem pelo professor, além de valorizar os enfoques cognitivos, críticos sociais, psicológicos e afetivos, bem como o desenvolvimento motor, considerando aspectos quantitativos e qualitativos, assumindo e respeitando seu caráter diagnóstico, formativo e somativo. Ao afirmar a necessidade de o professor valorizar os aspectos sociais, afetivos e psicológicos e ao indicar o respeito ao caráter diagnóstico, formativo e somativo no resultado da avaliação da aprendizagem, o documento dá especial atenção aos aspectos qualitativos, embora mencione também os quantitativos.

Outro documento que merece atenção quando se analisam as abordagens e perspectivas de avaliação no âmbito escolar é o Projeto Político Pedagógico (PPP), pois é o documento obrigatório em todas as escolas como prevê a LDB. Segundo Gandin (1999, p. 18), o PPP precisa ter três partes:

A proposta do que quer ajudar a alcançar como resultado social e de como quer ser (e precisa ser) para isso; a avaliação de que até que ponto está contribuindo para o que quer alcançar e de até que ponto age como propôs em seu ideal, e proposta de ações, comportamentos e atitudes, regras, rotinas para um determinado período

de tempo, a fim de tornar-se mais parecida com o ideal que escolheu.

Percebemos que os documentos possuem um certo alinhamento ante os conteúdos relacionados à Educação Física, bem como a realização de uma avaliação diagnóstica, processual, formativa e inclusiva, que busca acompanhar o processo de aprendizagem dos estudantes considerando, além dos aspectos motores, o aspecto cognitivo, o social, o afetivo e o psicológico, além de possibilitar o replanejamento das atividades de ensino por parte dos professores.

POSSIBILIDADES AVALIATIVAS PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Após a leitura e a análise dos documentos legais que normatizam a educação, e como parte do processo avaliativo em nosso país e em Santa Catarina, podemos arriscar discutir algumas possibilidades avaliativas encontradas para e na avaliação em Educação Física.

No entanto, antes de planejarmos como avaliar, precisamos refletir sobre o que avaliar, quem avaliar e para que avaliar, levando em consideração as condições objetivas da escola, as concepções de ensinar, aprender e avaliar, o nível de ensino, a turma e a realidade de cada uma delas, além do conteúdo trabalhado e da metodologia utilizada.

Hattie e Zierer (2019) citam 10 princípios para uma aprendizagem visível, sendo que as duas primeiras tratam da avaliação: sou um avaliador do meu impacto na aprendizagem dos alunos e vejo a avaliação como um fator que informa meu impacto e os próximos passos, sendo os demais: colaboro com os colegas e alunos a partir das minhas concepções do progresso e meu impacto; sou um agente de mudanças e acredito que todos os alunos podem melhorar; esforço-me para que os alunos sejam desafiados e não apenas para que “façam o melhor”; dou *feedback* e ajudo os alunos a entendê-los, interpretando e exigindo de acordo com o *feedback* que recebo; envolvo-me tanto em diálogo quanto em monólogo; explico aos alunos de forma clara como é o impacto bem-sucedido desde o início; construo relacionamentos e con-

fiança para que a aprendizagem ocorra em um ambiente seguro para cometer erros e aprender com os outros e foco na aprendizagem e na linguagem da aprendizagem.

Hattie e Zierer (2019) sugerem que os professores lembrem de fazer todo o DIIA (Diagnóstico, Intervenção, Implementação e Avaliação). O diagnóstico no sentido de entender o que o aluno traz para a aula, suas motivações e disposição para engajar; a Intervenção no sentido de ter múltiplas possibilidades, pois se uma não funciona, muda para outra; a Implementação de qualidade ao colocar em prática o que planejou; a Avaliação no sentido de conhecer as habilidades, ter vários métodos e debater, de forma colaborativa, a magnitude do impacto das intervenções.

Nesse sentido, Zabalza e Cerdeiriña (2010) ratificam a questão do planejamento referente à avaliação, pois para cada tempo, no caso de Santa Catarina, a escola está organizada em bimestres e trimestres, portanto, é necessário o professor estabelecer os aspectos (o que será avaliado), os conteúdos, os critérios empregados (indicadores objetivos como: participação ativa, domínio de conhecimentos, entrega de trabalhos bem feitos, qualidade da atividade apresentada, entre outros), os instrumentos (formas de buscar evidências da aprendizagem, como observação com notas, provas, trabalhos individuais e em grupo, entre outros) e os pesos (valores em porcentagem ou de zero a 10 em cada atividade prevista).

De acordo com a legislação relacionada à Educação Física, avaliam-se os aspectos cognitivos, afetivos, sociocríticos e motores envolvendo as habilidades e competências, que, segundo Ramos (2001 *apud* CRUZ, 2001, p. 29), “[...] é a capacidade que as pessoas desenvolvem de articular, relacionar os diferentes saberes, conhecimentos, atitudes e valores, construídos por intermédio de sua vivência e por meio dos conhecimentos construídos na escola”. Portanto, envolve o saber formalizado, o saber fazer e o saber ser para enfrentar as situações desafiadoras diárias.

O Coletivo de Autores (1992) aponta que os estudos, na época, referentes à avaliação, estavam direcionados ao referencial de um único paradigma “docimológico clássico” no qual a referência para a avaliação era a aptidão física e os critérios relacionados ao alto rendimento, ao rendimento olímpico

(mais alto, mais forte, mais veloz) e aos testes com fins classificatórios e seletivos. Será que continuamos nesse paradigma ainda hoje, após 30 anos?

Pensamos que não, que a materialização da avaliação na Educação Física tem em vista um projeto histórico distinto e o projeto pedagógico da escola, que, segundo o Coletivo de Autores (1992, p. 103), como a Educação Física integra o currículo escolar, tendo a expressão corporal como linguagem, “[...] o sentido da avaliação do processo ensino/aprendizagem é o de fazer com que ela sirva de referência para a análise da aproximação ou distanciamento do eixo curricular que norteia o projeto pedagógico da escola [...]” e que apresenta sentido, finalidade, conteúdo e forma para a avaliação na perspectiva de uma prática pedagógica crítica e reflexiva.

Quanto ao sentido: busca-se concretizar a prática pedagógica articulada com o projeto histórico e o projeto pedagógico da escola, que visam à “[...] apreensão e interferência crítica e autônoma na realidade” (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 113).

Quanto à finalidade: é a organização, identificação, compreensão e explicação da realidade mediatizada pelo conhecimento cientificamente elaborado.

Quanto ao conteúdo advindo da cultura corporal: jogo, esporte, dança, lutas e ginástica, selecionados em função da relevância para o projeto pedagógico e da sua contemporaneidade.

Quanto à forma: dialógica, comunicativa, produtiva-criativa, reiterativa e participativa; práticas avaliativas diversificadas, com caráter formal e informal.

Para avaliar na disciplina de Educação Física, é preciso considerar: o projeto histórico, as condutas humanas, as práticas avaliativas, as decisões em conjunto, o tempo pedagogicamente necessário para a aprendizagem, a compreensão crítica da realidade, o privilégio da ludicidade e da criatividade, as intencionalidades e as intenções, a nota enquanto síntese qualitativa, a reinterpretação e a redefinição de valores e normas. E, ainda, precisamos pensar as implicações metodológicas: no fazer coletivo, nos conteúdos e na metodologia, nas normas e nos critérios, nos níveis de desenvolvimento dos alunos, no redimensionamento do processo de ensino, na emissão do con-

ceito, nas fontes de dados quantitativos e qualitativos, na utilização de instrumentos, na interpretação do insucesso e do erro e nos eventos avaliativos (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

Para Barbosa (2011), a avaliação na disciplina de Educação Física precisa levar em consideração três domínios: o cognitivo, o afetivo e o psicomotor. E ainda ratifica a ideia do Coletivo de Autores de que é necessário superar a visão de testes, a seleção dos mais habilidosos e partir para a visão da totalidade do processo de ensino e de aprendizagem na Educação Física.

O autor supracitado destaca que o juízo de valor de um objeto é diferente de um ser humano, de um estudante na escola e de suas relações com os colegas e os professores. Ele chama a atenção para avaliações que não avaliam e que, dependendo da atitude do professor, podem colaborar para o individualismo; estudantes passivos, obedientes, que aceitam sem questionar; estudantes que não pensam em si mesmos; que pensam em padrão dominante de consumo, beleza e modismos. Portanto, o professor precisa perceber e interpretar essa realidade e o que incide na sua prática pedagógica.

Chama-se a atenção para as três dimensões da avaliação: técnica, humana e política, ou seja, o professor precisa dominar as técnicas de construção e aplicação de instrumentos avaliativos, bem como ter a consciência crítica para evitar equívocos no processo avaliativo e compromisso político na tomada de decisões não arbitrárias e que considerem a individualidade e a coletividade no aprendizado, aliado à dialogicidade e ao compromisso com a formação humana e crítica dos estudantes.

Marcineiro e Ferreira (2020, p. 54-55) destacam algumas premissas gerais quando tratamos de avaliação no processo ensino-aprendizagem, como:

- a. elaborar a síntese do conhecimento nas aulas, por meio de produtos da aprendizagem (ZABALZA; CERDEIRIÑA, 2010), tornando esse processo visível (HATTIE; ZIERER, 2019);
- b. estabelecer critérios para a elaboração e para a correção de cada atividade avaliativa, como, por exemplo, o trabalho escrito, impresso e em dupla, valendo 10: número de páginas entre três e cinco; mínimo de dois autores; estrutura: capa, folha de rosto, introdução,

desenvolvimento, conclusão, referências, sequência lógica, entre outros, podendo atribuir peso para cada um dos elementos citados;

- b. realizar a autoavaliação baseada em indicadores: aprendizagem, interesse, realização das atividades/tarefas, cumprimento de prazos, colaboração com colegas, respeito, entre outros; podendo ser escrita ou oral, individual ou em grupo;
- c. estabelecer critérios para a avaliação atitudinal;
- d. priorizar avaliações interdisciplinares envolvendo vários componentes curriculares (SANTA CATARINA, 2019);
- e. refletir sobre os resultados da avaliação, interpretá-los e discutir sobre eles com os estudantes, pensando nas próximas aulas (HATTIE; ZIERER, 2019);
- e. realizar a recuperação ao longo do ano letivo.

As autoras destacam a importância da autoavaliação no processo avaliativo e de formação humana, tanto do estudante quanto do professor, tendo em vista que “[...] a autoavaliação tem uma função pedagógica, pois a consciência dos próprios erros e acertos é a melhor forma de conduzir ao aperfeiçoamento.” (HAYDT, 1988 *apud* MARCINEIRO; FERREIRA, 2020, p. 55).

Marcineiro e Ferreira (2020, p. 54-55, grifos no original) apresentam uma diversidade de atividades que podem ser realizadas nas aulas e, ao mesmo tempo, ser avaliadas, tais como:

Seminário; painel; portfólio ou *webfólio*; debate; estudo de caso; elaboração de glossários; pôsteres impressos ou *online* (*google drive* ou *slideshare*); resenhas de livros e filmes; relatórios de viagens ou passeios; entrevistas; realização de telejornal; criação de vídeos individuais ou em grupo; gincana; paródias musicais; jogos educativos; jornal impresso ou digital; mapa mental; mapa conceitual; criação de blogs; alunos monitores; criação de livros impressos ou digitais (SILVA, 2018). Exposições, concertos musicais, criação de partituras,

performances, protocolos, apresentações teatrais e de dança e exercícios poéticos (CURRÍCULO BASE DO TERRITÓRIO CATARINENSE, 2019). E, ainda, prova individual, em dupla, com ou sem consulta, *online* ou impressa, digital ou manuscrita, na sala, no laboratório ou em casa; caça-palavras, palavras cruzadas, trabalhos individuais e em grupo; trabalhos escritos, impressos ou digitais; apresentações orais; júri simulado; grupo de verbalização e grupo de observação (GV x GO), parecer descriptivo, entre outros.

Essas possibilidades de ensino/avaliação podem ser utilizadas na disciplina de Educação Física na educação básica.

Especificamente na área da Educação Física, Palafox, Terra e Pirollo (s.d.) apontam algumas considerações metodológicas para definir os indicadores avaliativos nas aulas de Educação Física no Ensino Fundamental: incentivar a autoavaliação, priorizar metodologias indutivas de aulas orientadas para o aluno (Descoberta Guiada, Método de Resolução de Problemas, Livre Exploração, Psicodrama Pedagógico, Técnicas de Desenvolvimento da Criatividade, entre outras); **parte inicial da aula:** reconhecer as possibilidades de movimento e o nível de conhecimento do aluno no que diz respeito às questões inerentes à cultura corporal, objeto de estudo da Educação Física; **parte intermediária da aula:** identificar os diferentes indicadores avaliativos da aula, como a utilização das técnicas de observação e registro sistemático das atitudes do aluno em relação à sua capacidade de criação em função dos objetivos propostos, dos níveis de conflito ou de consensos que se apresentam de acordo com o grau de socialização da turma, as concepções de gênero e raça manifestadas nos discursos e as práticas de convivência, os níveis de habilidade motora e as reações de autonomia ou de dependência afetiva presentes no aluno no momento da interação, assim como a colocação em prática dos conhecimentos que estão sendo adquiridos; **parte final da aula:** leitura crítica daquilo que foi realizado, pontos positivos e negativos, bem como sugestões e propostas para as próximas aulas. Importante o aproveitamento da linguagem escrita ou do desenho para que o aluno materialize o produto do que aprendeu no final da aula.

Os autores citam outras formas de avaliação como as dinâmicas de grupo, em que sejam promovidos seminários e debates, além de provas e trabalhos escritos, festivais, exposições, workshops e jogos escolares, cuja finalidade é mostrar os conhecimentos adquiridos, considerando as ações nos atos de projetar, organizar e participar, verificando a qualidade do desempenho individual e coletivo. Destacam, ainda, que a observação e o registro do desempenho do aluno, a reflexão coletiva e a autoavaliação devem ser instrumentos prazerosos de avaliação a serem utilizados pelo aluno e pelo professor.

Shores e Grace (2001) evidenciam a importância da utilização do portfólio na educação infantil devido a três razões: instrução individualizada para crianças pequenas no contexto de objetivos de aprendizagem amplos, o desenvolvimento profissional contínuo para professores e afins e o envolvimento completo da família no programa de educação infantil.

Para a elaboração do portfólio, as autoras sugerem dez passos: estabelecer a política para o portfólio; coletar amostras de trabalhos; tirar fotografias; conduzir consultas nos diários de aprendizagem; conduzir entrevistas; realizar registros sistemáticos; realizar registros de casos; preparar relatórios narrativos; conduzir reuniões de análise de portfólios em três vias (reuniões com os pais, com as crianças e com os professor); usar portfólios em situações de transição.

“O portfólio é uma ferramenta para o desenvolvimento curricular centrado na família” (SHORES; GRACE, 2001, p. 17).

Para Loch (2003), as escolas já expressam a avaliação em uma concepção emancipatória, reconstruindo práticas como: anotações sobre as produções dos alunos; registros de observações ou produções dos alunos; dossiê; relatórios descritivos de desempenho individual; autoavaliação do aluno, do grupo, da turma e dos educadores; reunião com pais/alunos/professores para análise do dossiê pela família; conselhos de classe e etapas e ciclos participativos; assembleias avaliativas e reuniões pedagógicas.

Portanto, o sistema avaliativo da escola e das disciplinas curriculares precisa ser amplamente discutido com a comunidade escolar, envolvendo gestão, professores, funcionários, estudantes e pais, no sentido de encontrar as melhores possibilidades para acompanhar o ensino e a aprendizagem em

cada especificidade das áreas do conhecimento e dos conteúdos trabalhados nas diversas turmas da educação básica. E o que é muito importante, o professor e o estudante precisam dialogar sobre o processo avaliativo de cada trimestre, acordando sobre o conteúdo a ser aprendido e sobre as formas de avaliação da aprendizagem.

Nesse sentido, evidenciamos que o planejamento e o trabalho coletivo constituem o melhor caminho na busca de uma aprendizagem significativa acompanhada de uma avaliação justa e inclusiva na Educação Física escolar.

À GUIA DE REFLEXÃO FINAL

Ao finalizar este texto, destacamos a importância de termos apontado os principais elementos da legislação brasileira vigente, principalmente referentes à avaliação do processo de ensino-aprendizagem, bem como as questões relacionadas ao planejamento docente e a algumas possibilidades avaliativas na disciplina de Educação Física.

O estudo demonstrou que os documentos legais apontam para a necessidade de uma avaliação diversificada e humanizada, que utilize diferentes meios e atividades, levando em consideração que, no nosso campo de atuação, lidamos com movimentos, expressões corporais e manifestações culturais dos estudantes, e que estas, mais do que consideradas de forma quantitativa, devem ser “olhadas” e valoradas qualitativamente.

Fica o desafio aos colegas professores de Educação Física de escreverem e socializarem suas vivências referentes ao trato pedagógico do conhecimento e das avaliações realizadas no sentido de contribuir para a formação e reformação dos licenciandos e licenciados e de qualificar a cada dia a educação brasileira e, no nosso caso, por meio de uma Educação Física de qualidade.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, C. L. A. **Educação Física e didática:** um diálogo possível e necessário. 2. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Física**. 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro07.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular -BNCC**. 2019. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=85121-bncc-ensino-medio&category_slug=abril-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 07 fev. 2020.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino da educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

CRUZ, C. H. C. **Competências e habilidades: da proposta à prática**. São Paulo: Loyola, 2001.

CRICIÚMA. Secretaria Municipal de Criciúma. **Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Criciúma**. Criciúma: SME, 2020.

GANDIN, D.; GANDIN, L. A. **Temas para um projeto político-pedagógico**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.

HATTIE, J.; ZIERER, K. **10 princípios para a aprendizagem visível: educar para o sucesso**. Tradução de Grasielly Hanke Angeli. Porto Alegre: Penso, 2019.

LIBÂNEO J. C. A avaliação escolar. In: LIBÂNEO J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LOCH, J. M. de P. Avaliação na escola cidadã. In: ESTEBAN, M. T. (org.). **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

LUCKESI, C. C. Avaliação do aluno: a favor ou contra a democratização do ensino? In: LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2000, p. 60-84.

MARCINEIRO, S. A. B.; FERREIRA, R. Avaliação. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE CRICIÚMA. **Diretrizes curriculares do ensino fundamental da rede municipal de Criciúma/SC**. 2020, p. 53-56. Disponível em: https://www.criciuma.sc.gov.br/site/pdfs_gravados/diretriz_ensino_fundamental.pdf. Acesso em: 02 abr. 2020.

PALAFFOX, G. H. M.; TERRA, D. V.; PIROLLO, A. L. **Perspectivas para a avaliação na disciplina de educação física escolar**. Uberlândia, MG: Núcleo de Estudos em Planejamento e Metodologia do Ensino da Cultura Corporal – Nepecc/UFU, s.d..

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria do Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: formação integral na educação básica. 2014. Disponível em: dafile:///C:/Users/Robinalva/Desktop/ROBI%202020/PUBLICA%C3%87%C3%95ES/EBOOK%20ROBI%20E%20JEFE/Proposta_Curricular%20SC.pdf. Acesso em: 05 fev. 2020.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria do Estado da Educação. **Curriculo base da educação infantil e do ensino fundamental do território catarinense**. 2019. Disponível em: <http://uaw.com.br/pagflip/pdf.php?pag=portifolio&cod=35>. Acesso em: 08 fev. 2020.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. Versão atualizada. São Paulo: Cortez, 2016.

SHORES, E.; GRACE, C. **Manual de portifólio**: um guia passo a passo para o professor. Porto Alegre: Artmed, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNCIA - UFU. **Avaliação**. Sem data de publicação. Disponível em: http://www.nepecc.faefi.ufu.br/PDF/326_Avaliacao.pdf. Acesso em: 20 fev. 2020.

ZABALZA, M. A.; CERDEIRIÑA, M. A. **Planificación de la docència en la universidad**: elaboración de las guías docentes de las materias. Madrid, Espanha: Narcea, 2010.